



EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Autor(res)

Jeferson Fernandes Pereira
Rafaela Longuinho
Eduardo Kauã Soares Da Silva
Déborah Dias Teixeira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA



Introdução

A exceção de pré-executividade se destaca como uma ferramenta jurídica crucial para os executados, especialmente em casos de Execução Fiscal, onde se revela como um recurso estratégico na defesa dos interesses diante de execuções baseadas em títulos duvidosos.

Embora não haja uma regulamentação específica por meio de lei, sua base é encontrada em interpretações jurisprudenciais e doutrinárias, estabelecendo-se como uma opção processual para lidar com questões cruciais, especialmente aquelas relacionadas à ordem pública, que comprometem a efetividade da execução.

Nesse contexto, a exceção de pré-executividade busca oferecer ao tribunal uma análise clara e objetiva dos defeitos fundamentais presentes no processo de execução, sem a necessidade de extensas investigações probatórias.

Objetivo

Portanto, este estudo tem como objetivo explorar a natureza, os fundamentos e a aplicação da exceção de pré-executividade, delineando suas características e requisitos.

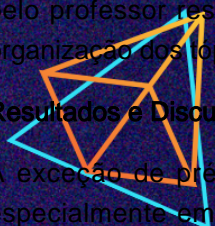
Material e Métodos

Textos oferecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, doutrina de estudiosos da área e resumos realizados por professores e advogados formados.

Os resumos foram encontrados em sites como jusbrasil, o código civil e os resumos ofertados em sala de aula pelo professor responsável pelo trabalho e pela turma. Utilizamos as normas da ABNT para a formatação e organização dos tópicos que julgamos importante para o desenvolvimento do artigo.

Resultados e Discussão

A exceção de pré-executividade surge como uma ferramenta indispensável para a defesa do executado, especialmente em contextos de execução fiscal, proporcionando um meio eficaz de contestar a validade da execução de maneira clara e objetiva, sem a necessidade de extensa dilação probatória. A ausência de regulamentação específica por uma lei formal não diminui a sua relevância, uma vez que se fundamenta em





interpretações doutrinárias e jurisprudenciais que reconhecem sua utilidade em enfrentar questões de ordem pública.

Sua aplicabilidade está condicionada à presença de dois requisitos essenciais: a matéria a ser discutida deve ser de ordem pública e a decisão do juízo não pode demandar a produção de novas provas. Através dela, o executado pode contestar questões como ilegitimidade passiva, prescrição, nulidade da certidão de dívida ativa, entre outras, contribuindo para a correção de eventuais falhas graves na formação do processo.

Conclusão

Portanto, diante da complexidade das execuções fiscais e da necessidade de defesa do executado, a exceção de pré-executividade representa uma importante estratégia jurídica para assegurar a regularidade do processo, promovendo a justiça e evitando prejuízos desnecessários ao patrimônio e às atividades econômicas do executado. Uma assessoria jurídica especializada e qualificada se torna imprescindível para orientar o executado na utilização adequada desse recurso, garantindo a celeridade do processo e a efetiva proteção de seus direitos.

Referências

<https://www.migalhas.com.br/depeso/397647/eficiencia-processual-e-excecao-de-pre-executividade>

<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/excecao-de-pre-executividade-como-funciona-quando-usar-30112021>

<https://www.rolfmadaleno.com.br/web/artigo/o-cumprimento-da-sentenca-e-a-excecao-de-pre-executividade-na-execucao-de-alimentos>

<https://www.aurum.com.br/blog/excecao-de-pre-executividade/#qual-o-prazo-da-excecao-de-pre-executividade>

<https://www.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/modelo-de-excecao-de-pre-executividade-contra-acao-de-execucao-fiscal-2023/1820246808>

file:///C:/Users/Professor/Downloads/5461-20108-1-PB%20(1).pdf (sumula 393 stj)

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2011.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

